

ATA DA 47ª REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
– COEMA, REALIZADA EM 21 DE
FEVEREIRO DE 2013.

Aos 21 dias do mês de FEVEREIRO de dois mil e treze, no Auditório da Secretaria Estadual de Meio ambiente - SEMA, sito à Travessa Lomas Valentina, nº 2717, Marco, Belém/PA, realizou-se a 47ª Reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – **COEMA**, sob a Presidência do **Dr. JOSE ALBERTO DA SILVA COLARES**, Secretário Estadual de Meio Ambiente e com a presença de Conselheiros e convidados: **AMIRALDO DA SILVA PINHEIRO** representante da SESP, **ALBERTO CARDOSO ARRUDA** representante da SECTI, **ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCAS** representante da SAGRI, **JOSÉ WATERLOO LOPES LEAL** representante da ONG/AMOT, **LUIZ AUGUSTO NOGUEIRA MOURA** representante da FIEPA, **IVALDO PINTO**, representante da OAB, **WELLINGTON PEREIRA TELLES** representante da SEMA e como convidados: **LÚCIA FRANCISCA PORPINO** - DILAP/SEMA, **ANTONIO MARIA** Representante da SEGUP, **ANTONIO ALBERIO CREA/PA**, **DAVID LEAL** – SEICOM, **RAIMUNDO MORAES** – MINISTÉRIO PÚBLICO, **ANTONIO OLIVEIRA** – representante do PARÁ RURAL, **KLEBER MENEZES** - representante da Rio Turia, **FELIPE LAVORATO**-representante da Hidrovias do Brasil. Dando inicio a 47ª Reunião Ordinária do COEMA: **I- Abertura: Dr. Jose Alberto Colares**: Bom dia a todos, vamos iniciar em fim a quadragésima sétima reunião ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Antes de mais nada agradeço a participação de todos. Nós vamos hoje ao que ocorrer fazer a manifestação com relação à necessidade de mudança, a renovação Bienal dos conselheiros e vejo que alguns já foram indicados, mas a gente precisa fazer a emissão da portaria de decreto de nomeação, o fato é que a gente vai precisar fazer essa renovação. Eu queria em primeiro lugar fazer a apresentação aos senhores do Secretário Adjunto de Meio Ambiente, o novo Secretário do Meio Ambiente Hildemberg mais conhecido como Berg, tem uma longa vivência na área ambiental especificamente na agenda verde e para nós vai ser esse canal de diálogo com o setor produtivo e Ministério Público Estadual, Federal e com todos os órgãos de governo para nós a experiência que ele tem é fundamental nesse diálogo e vocês vão ter muito mais a presença dele ao tratar da agenda verde porque ele vai ser a porta de entrada dessa discussão e a âncora do Secretário de Meio Ambiente e também dos técnicos nossos, com relação a essa agenda que é árdua, complexa e precisa de renovação do ponto de vista de pensamento, mas precisa acima de tudo, segurança no trato dessas questões tão delicadas no ponto de vista ambiental e mais dramática do ponto de vista do benefício da sociedade local e com relação a essa internalização de benefício no campo de suas atividades. Nós já estamos trabalhando, já não tem

44 descanso, é direto, mas é fundamental que ele a partir de agora vai me
45 acompanhar nas discussões do COEMA, certamente quando eu não puder ele
46 estará, mas certamente em questões dessas relacionadas à agenda verde, ele
47 sempre estará aqui na discussão junto com os senhores. E a mesma visão de
48 trato com relação à do Secretário, é um canal aberto, transparente e também
49 sobre a garantia dos princípios da administração pública, legalidade, a
50 moralidade, a imparcialidade e acima de tudo a transparência no trato da coisa
51 pública. É isso que nós estamos dispostos a trabalhar. A reunião de hoje em
52 primeiro lugar, nós vamos apreciar o parecer da Câmara Técnica relacionado ao
53 licenciamento prévio do terminal portuário de Barcarena que é de
54 responsabilidade da empresa Hidrovias do Brasil. Nós temos tido como prática
55 aqui já desde o ano passado que antes da apreciação do projeto no Conselho,
56 nós fazemos sempre uma prévia a todos os conselheiros, a ideia é dessa prévia
57 sempre é tirar todas as dúvidas, fazer-se todos os questionamentos, e fazer
58 alguma recomendação possível, de maneira que a Câmara Técnica e o
59 conselheiro antes de apreciar ele tenha o conhecimento mais aprofundado sobre
60 a atividade que vai avaliar. E neste caso, como em outros casos, nós fizemos
61 isso acho que foi ainda em dezembro na última reunião do COEMA e nós vamos
62 fazer sempre isso em todas as atividades e todas em período que antecederá
63 qualquer reunião do COEMA para dar mais tranquilidade a quem vai avaliar,
64 principalmente a Câmara Técnica para dar tempo de absorver as suas dúvidas e
65 fazer seus questionamentos. Por conta disso nós tínhamos uma prática anterior
66 de que durante a apreciação fazer uma exposição do empreendimento antes
67 que os membros do COEMA avaliassem, a gente fazia isso. Como nós
68 passamos a assumir essa prática diferente, fazer a apresentação antes da
69 reunião, durante a reunião a gente apreciaria apenas o parecer técnico já da
70 Câmara Técnica que já fez a avaliação porque partindo do pressuposto de que
71 todos os membros já absorveram, eles já tiveram conhecimento da atividade.
72 Então nós neste caso o que nós tínhamos organizado hoje era exatamente isso
73 a gente apreciaria o parecer da Câmara Técnica uma vez que o
74 empreendimento já é de conhecimento de todos. Então é nesse ponto que está
75 organizada a reunião. Eu coloco a disposição se esse procedimento continua
76 para dar objetividade uma vez que esse empreendimento já foi discutido aqui, e
77 dá objetividade porque tem os outros temas no que ocorrer que eu queria
78 também apreciar junto com os senhores. **Dr. Luiz Moura:** Eu queria colocar uma
79 questão de ordem aqui, a questão da pauta envolve como o primeiro passa a
80 aprovação da Ata. **Dr. Alberto Colares:** Claro, sem dúvida nenhuma, eu só quis
81 antecipar, mas sem dúvida nenhuma que o primeiro ponto vai ser a leitura da
82 Ata como normalmente se faz. **Dr. Luiz Moura:** O parecer está pronto aqui, a
83 hora que for necessária nós leremos o parecer e o voto. **Dr. Alberto Colares:**
84 Bom, então vamos passar ao ponto inicial que é a leitura e discussão e
85 aprovação da ata da quadragésima sexta, que já foi encaminhada por e-mail, se
86 alguém tem alguma manifestação ou alteração para fazer, este é o momento?
87 **Dr. Alberto Colares :**Então fica aprovada a ata da reunião.como disse, nós

88 temos um ponto sobre a renovação dos membros do conselho do Biênio de dois
89 e onze, dois mil e treze, conforme decreto dezoito cinquenta e nove, Milton
90 poderia dar mais esclarecimento? **Dr. Milton Maués:** O artigo terceiro fala: Para
91 bem do disposto do artigo trezentos e vinte e um da Constituição Estadual o
92 COEMA será renovado no primeiro biênio à razão de três membros, da casa
93 civil, e dois membros do poder público, esses dois primeiros anos que a gente
94 está aqui trabalhando no conselho, então vai ter que ser renovado três da
95 sociedade civil e dois do poder público tem que ser escolhido, só que, o que está
96 acontecendo. Quando eu cheguei aqui em dois mil e onze era a SEDECT que
97 fazia parte do Conselho, antes era a SEICOM, aí houve uma fusão e criou-se a
98 SECT, mas de direito quem estaria querendo a vaga era o pessoal da SEICOM,
99 aí nós temos que resolver isso para saber se no caso vocês saem e eles entram,
100 houve também o problema do Ministério Público que a Doutora Graça veio a
101 falecer e alguém vai ter que substituí-la, o Doutor Benedito Wilson é o suplente e
102 o titular seria o Doutor Raimundo Moraes, com proposição. Chegou também um
103 pedido da OAB com mudança para substituir o Doutor Evaldo, mas ainda não
104 saiu o decreto e ele ainda fica como membro. Três da sociedade civil que vão ter
105 que ser modificados, o que eu via e que antigamente o que se fazia era a
106 substituição do titular pelo suplente, tem conselhos que já estão muitos anos por
107 causa disso, só que tem esses casos específicos no caso da SEICOM, no caso
108 da OAB que já houve, o novo presidente que mandou o ofício com mais dois
109 novos representantes e a gente tem que ver como é que vai ficar isso. **Dr.**
110 **Alberto Colares:** Mas aí cabe ao órgão comunicar a SEMA. **Dr. Milton:** Já está
111 aqui. **Dr. Colares:** É o caso da OAB José Carlos Lima em substituição ao
112 Evaldo. A SECTI que indicou o Alex, o Alex saiu e ficou o Alberto que já era
113 suplente, mas tem a reivindicação da SEICOM pedindo o retorno do posto que a
114 gente vai então ajustar isso aí. O caso do Ministério Público já foi encaminhado à
115 indicação. **Dr. Alberto Colares:** Ainda não foi encaminhada para nós a
116 indicação? **Dr. Milton:** Ainda não. **Dr. Colares:** Ainda não foi encaminhada para
117 nós a indicação do Raimundo Moraes e do seu suplente. **Dr. Raimundo**
118 **Moraes:** Só para ficar claro em termos formais a questão da composição, pelo
119 que eu entendo o quórum teria que ser dar em todas as situações já resolvidas,
120 e não nas pendências, ou seja, a situação da OAB, do Ministério Público. **Dr.**
121 **Milton:** Na verdade saiu em junho de dois mil e onze, então até julho de dois mil
122 e onze a gente pode manter por dois anos. **Dr. Raimundo Moraes:** Mas esse
123 conflito aí, a direção da OAB já designou, mas precisa ter outra representação.
124 **Dr. Colares:** Ainda não foi nomeado. **Dr. Raimundo Moraes:** Na verdade o que
125 você está falando aí precisa de outro mandato, a designação saiu em junho de
126 dois mil e onze, o mandato é de dois anos. **Dr. Milton:** Até junho desse ano a
127 gente tem que renovar esse Biênio. **Dr. Raimundo Moraes:** Eu digo só porque
128 teria que checar se realmente está composto regularmente, para que não haja
129 nenhuma novidade na nossa reunião. **Dr. Colares:** Não, sem dúvida alguma,
130 isso aí a gente pode até conferir. **Dr. Evaldo:** Seu Secretário eu estive lá
131 conversando com o Doutor Jackson, e coloquei essa situação, porque eu

132 entendo que pelo que consta na legislação o órgão indica, mas a nomeação e
133 ato do Governador ,então obviamente não pode um ofício da OAB revogar um
134 decreto do Governador, que é a Doutora Ângela Sales e eu que estamos, e a
135 impressão que eu tenho e que quando se trata de mandato que o mandato vai
136 até o final, e parece que houve também a concordância dele enquanto a isso,
137 mas já fica lá o ofício, então já é considerado no caso da renovação. **Dr.**
138 **Colares:** Nós estamos esperando mais dois a FETAGRI, FAEPA, FETIPA ou
139 FETAGRI ou servidores da SEMA. **Dr. Raimundo Moraes:** Na verdade está
140 com uma vaga, porque a designação do MP está sem suplente, pelo que eu
141 entendi teve uma versão apenas da Graça nesse decreto. **Dr. Colares:** Mesmo
142 com esse representante passíveis de mudanças como a FAEPA, FETIPA e a
143 FETAGRI, elas não estão presente, mas seria bom a gente fazer um
144 comunicado a eles, e falar da possibilidade de mudanças enquanto não houver o
145 decreto continua o mesmo, e o caso aí o suplente do MP seria o Benedito. Bom
146 alguma dúvida sobre a questão?O poder público esta ok,o ministério publico e a
147 SEICOM,a OAB também já está, faltam dois da sociedade civil que pode ser ou
148 a FAEPA, FETAGRI, e FETIPA ou servidores da SEMA. **Dr. Raimundo Moraes:**
149 No caso a minha presença eu estou como convidado apenas sem nenhum poder
150 de votação nem de requerimento? **Dr. Colares:** Exato. **Dr. Raimundo Moraes:**
151 Então eu vou me retirar porque realmente eu tenho uma tarefa extensa. **Dr.**
152 **Colares:** Raimundo eu quero só comunicar, eu vou fazer uma sugestão aqui,
153 depois eu vou dizer porque eu estou fazendo isso diante do reclamo da gestão
154 pública ambiental, nós temos milhares de pendências de encaimento com
155 relação a pequenos projetos passíveis de elegibilidade de licenciamento, é uma
156 delegacia, uma praça, uma ponte, uma reforma de um sinal lá no assentamento,
157 esses são os pequenos projetos que foram financiados pelo Pará Rural que até
158 hoje não saíram por impedimentos de licenciamento, e porque o contrato foi feito
159 pela empresa que elaborou o projeto, a empresa não forneceu qualquer dado ,
160 são criatórios de pequenos animais, galinha caipira etc... Que ficam entulhados
161 são os projetos da fazenda que estão entulhados aqui, nós estamos fazendo
162 uma proposta de produção ao COEMA que estabeleça impedimento de baixo
163 impacto passíveis de elegibilidade pra destravar essas atividades, aquela
164 agricultura familiar pequena, a pessoa está lá na região de São Felix do Xingu e
165 o município não tem estrutura para licenciar e a pessoa tem que vim na SEMA
166 para licenciar, e a minha proposição nós temos essa resolução não da para
167 gente discutir hoje, a minha proposta é em passar pelos senhores ate segunda-
168 feira, e aí a gente da uma semana pra fazer uma extraordinária só para colocar
169 essa resolução porque uma semana?Por que o Banco Mundial está ameaçando
170 cancelar o financiamento de todo esses projetos de investimentos produtivos.
171 Cancelar até março porque há três anos que esses projetos estão embrulhados
172 ou por problema de vencibilidade ou por pagamento de taxa, porque é uma coisa
173 muito estranha, por que nós fizemos um contrato para atender a pobreza, e o
174 pobre tem que pagar o Estado para poder fazer isso. Isso aí é um atavismo. **Dr.**
175 **Raimundo Moraes:** Secretário só para reiterar e endossar o raciocínio é uma

176 coisa esdrúxula a exigência de licenciamento da regularização fundiária de
177 posse no caso de assentamento, um absurdo no caso de reconhecimento de
178 uma titularidade para uma comunidade em termos coletivos em termos de
179 licenciamento, no meu entendimento é muito esdrúxulo. **Dr. Alberto Colares:**
180 Então eu vou chamar atenção dos senhores, nós não podemos isentar aqui
181 absolutamente nada, porque a cobrança de taxa de licenciamento somente por
182 lei e quem fez a lei não foi a SEMA, ou faz uma lei específica, mas nós estamos
183 propondo uma lei que nós vamos entrar agora em cinco projetos de lei de
184 reestruturação da SEMA para criar os institutos da biodiversidade, das águas de
185 regularização de forma desconcentrada, e a nova SEMA como articuladora
186 desse sistema. Nós vamos colocar no novo projeto de lei da SEMA a
187 possibilidade de isentar o licenciamento de microempreendimentos e da
188 agricultura familiar para acabar com esse negócio, mas antes que isso chegue, a
189 minha proposição está aqui, qual é a estratégia nossa? É sobre determinadas
190 posições uma relação de impedimento de baixos impactos passíveis de
191 elegibilidade, o que a gente quer? E passar essa relação para vocês e vocês
192 olhe e verifique isso, e a gente com uma resolução de ordem orientadora, não é
193 que o COEMA vai determinar para o Município. Olha tu não licencia, o que o
194 COEMA vai dizer, é que tais empreendimentos, sobre tais condições eles são
195 passíveis de elegibilidade, cabe ao Estado, cabe ao Município dá uma
196 declaração de elegibilidade a gente a provando isso, a gente pode ajustar essa
197 listagem, é a galinha, é o suíno, é uma bateadeira de açaí, é uma extratora de
198 óleo de copaíba, então para evitar isso, a gente manda para o MP segunda-feira
199 para vocês todos essa listagem e vamos marcar até o dia vinte e oito ou
200 primeiro de março essa reunião, porque o BNDES deu prazo ao Estado até
201 Março, e se até Março o estado não resolver esse problema, ele vai cortar esses
202 recursos, e será uma vergonha, e desde dois mil e seis que o Pará Rural foi
203 aprovado nós não financiamos um PID isso é um absurdo. **Dr. Raimundo**
204 **Moraes:** Eu só queria pedir licença senhor presidente aos conselheiros, me de
205 licença que eu vou cumprir o resto da minha agenda. **Dr. Evaldo:** Aproveitando a
206 estada do Doutor Raimundo aqui, e se tiver um minutinho para me escutar, eu
207 estou verificando que está ocorrendo um momento de violação das leis
208 ambientais a nível estadual e me parece que com vistas grossas dos
209 municípios alguém obteria de maneira mais direta fiscalizar isso, porque estaria
210 dentro acredito eu dentro da sua área de atuação com um poder de polícia não
211 só ambiental, mas policial mesmo administrativa, trata-se dos parcelamentos de
212 solo que estão ocorrendo as centenas no estado, existem algumas empresas
213 que estão trabalhando da seguinte forma : elas chegam compram um terreno
214 agrícola próximo a cidade , faz lá um plano, uma planta de parcelamento desse
215 imóvel e cobram lá dois mil, três mil, quatro mil lotes sem nenhuma
216 infraestrutura, sem nenhum plano e sem nenhum estudo, sem nenhum impacto,
217 isso esta acontecendo no estado todo hoje, é uma atividade extremamente
218 lucrativa, milionária e que esta trazendo um enorme prejuízo para o poder
219 público, porque quem conhece a lei de parcelamento de solo e aqui o

220 representante do MP presente vai me dá razão, ela faz uma série de exigência,
221 você vai fazer uma loteamento é necessário que quando você cria os
222 acúamentos, você destine trinta por cento da área para o poder público e lá que
223 vão ser construídas as creches, as escolas, as praças públicas, as áreas de
224 convivência social, o posto de saúde, e o empreendedor ele tem também que
225 implantar a rede de esgoto, tem que implantar asfalto, meio fio, rede elétrica, e
226 não estar acontecendo isso, e o que nós estamos verificando um fenômeno de
227 favelização da nossa periferia que o que esta acontecendo na realidade isso, a
228 nossa periferia esta sendo favelizada, e a única vantagem que tem e que está é
229 uma favela organizada em quadras, esse o ônus da infraestrutura vai passar
230 todinho para o poder público municipal e o fenômeno que nós chamamos de
231 externalismo, você atrai miseráveis para esse lugar, inclusive das cidades
232 vizinhas com ônus todo para o poder público local, ou seja, o lucro fica
233 privatizado e a despesa com a infraestrutura fica socializada, então eu gostaria
234 de fazer uma proposição ao Conselho para que saia uma recomendação do
235 COEMA a Secretaria, da Secretaria aos municípios e ao MP para que todos
236 possam participar dessa dissertação. **Dr. Alberto Colares:** Evaldo eu queria só
237 colocar, isso está acontecendo em todo canto, inclusive com a convivência do
238 Município, agora nós temos uma distorção que é outra questão que nós
239 precisamos discutir no COEMA, nós temos que modificar a resolução que trata
240 daquilo que é de impacto local, é uma proposição que nós vamos fazer, porque
241 também tem um problema sério a lei 7389 que é a lei e mais a resolução 79, ela
242 limita a ação do município na condição desses projetos, mostrar o exemplo de
243 irracionalidade a gente passa o município até três mil hectares para fazer
244 manejo florestal que já é irracional, mas a gente dar ao município a autonomia
245 de fazer licenciamento de apenas doze hectares de loteamento, um hectare de
246 conjunto habitacional com todo esses projetos Minha Casa Minha Vida, então
247 isso aí é expertise, agora nós temos que aumentar o grau a capacidade do
248 município da autonomia dele em determinadas condições, por exemplo, nós
249 fomos em Santarém, são treze empreendimentos que tem lá , além daquele de
250 Buriti, tem Minha Casa Minha Vida com três mil cento e oitenta e cinco casas e
251 que foi licenciado pela prefeitura, a prefeitura só poderia licenciar um hectare, e
252 aqui de loteamento que tem quatrocentos e oitenta e quatro hectares, ela só
253 podia licenciar dois hectares de loteamento, tu amarra o município, agora a
254 minha proposição é que a gente faça aqui uma revisão de todas essas
255 atividades de impacto local que são passíveis de licenciamento pela prefeitura e
256 dá a ela a prefeitura a capacidade e autonomia de acordo com sua estrutura,
257 por exemplo, nós poderíamos dar até cem hectares para o município licenciar o
258 loteamento desde que tenha a estrutura técnica para fazer avaliação e obedeça
259 o termo de referência que a SEMA estabeleça, e aí o MP e outras entidades
260 poderá cobrar da prefeitura aquele licenciamento dentro daquela norma, e o
261 caso também dos conjuntos habitacionais, e o caso de postos de gasolina, e o
262 caso de abatedouro, e para mim fica uma situação que reflete a distorção da
263 gestão ambiental do estado. Hoje o Secretário de Meio Ambiente licencia um

264 abatedouro de duzentas cabeças de gado, lá em Novo Progresso, tu imagina eu
265 dar conta de todo os loteamentos de Santarém, porque Santarém não pode
266 licenciar acima de dois hectares, e inclusive de Belém, porque se a gente fosse
267 amarra Belém com um milhão e quatrocentos habitantes não tem autonomia
268 para licenciar um projeto Minha Casa Minha Vida, não tem, como não tem
269 Castanhal, Ananindeua, Santarém, Altamira, e aí tudo se concentra no estado, e
270 o estado não da conta, o que nós fizemos com a prefeitura de Santarém
271 pedimos a ela a delegação do estado, só que eu tenho que delegar atividade
272 por atividade, não posso delegar o bloco, então essa coisa nós vamos ter que
273 discutir no COEMA é a descentralização da gestão ambiental não se dá somente
274 por decreto, olha vamos descentralizar, mas o município precisa estar,
275 estruturado, e o município precisa ter de fato autonomia para fazer, e o
276 município hoje não tem autonomia para fazer. Eu tenho que licenciar um posto
277 de gasolina de noventa metros cúbicos, lá de Jacareacanga, lá de Novo
278 Progresso, lá de Floresta do Araguaia é impossível isso funcionar, e o que é que
279 faz? a prefeitura vai na marra, porque eu não tenho como alcançar essa
280 fiscalização e o loteamento esta sendo alastrador e aterrador em alguns casos,
281 como nós vimos em Santarém, nós bloqueamos os empreendimentos e
282 dissemos a prefeitura até cinquenta hectares o estado vai te da a delegação
283 desde que obedeça a estrutura, e aqueles acima nós mandamos bloquear e
284 vamos rever pra fazer o corretivo pra poder atuar, e a SEMA não tem estrutura
285 para atender tudo isso, e essa coisa nós temos que discutir na primeira
286 oportunidade que acontecer, por favor Raimundo. **Dr. Raimundo Moraes:**
287 Talvez a palavra que o Secretário utilizou como autonomia seja a capacidade do
288 estado e do município, a capacidade instalada do estado é baixa, do IBAMA é
289 baixa para fazer gestão ambiental existem necessidades essenciais como, por
290 exemplo, relatório de qualidade ambiental que deveria ser anual nenhuma das
291 organizações do meio ambiente faz. Os municípios não têm capacidade
292 instalada, muitas vezes para fazer o licenciamento de atividade inclusive menor.
293 Enquanto o estado fez convênios com outros municípios, inclusive é bom que se
294 diga que o convênio não confere atribuição, a atribuição é incondicional o
295 convênio é uma “transferência” de tecnologia ou de uma simples divisão de
296 tarefas, o convênio não transfere atribuições, a constituição é quem diz que o
297 impactos de âmbitos local são apoios do município que deveria ter a capacidade
298 de corresponder para fazer isso, mas quando o estado faz esse convênio, é
299 como se ele estivesse referendando que o estado conferiu e verificou a
300 existência da capacidade efetiva com o pessoal, com a infraestrutura, com
301 equipamentos, com regulamentação institucionalidade toda, o que não é uma
302 verdade, então talvez a redução seja necessária realmente, para demonstrar
303 primeiro o que precisa ser colocado em uma norma e que os municípios devem
304 apresentar as seguintes condições mínimas , e não conferir simplesmente mais
305 uma transferência. **Dr. Alberto Colares:** Hoje nós estamos fazendo, estamos
306 em uma crise com os municípios exatamente por causa disso, nós estamos
307 exigindo a estrutura, vou dar um exemplo o município de Paragominas licenciou

308 um frigorífico, ele deu licença prévia para quinhentas cabeças de gado, eu
309 cheguei ao município e disse está errado porque a lei não permite isso, vai ter
310 que provar para mim que tu tens estrutura e tem veterinária, e obedecer ao
311 termo de referência correspondente. **Dr. Raimundo Moraes:** Deveria colocar
312 assim, que as licenças do município são válidas desde que contenham as
313 seguintes condições, inclusive institucionais do município. **Dr. Colares:** O que
314 nós queremos propor para o Conselho que aumentasse essa capacidade de
315 porte da atividade do município desde que ele obedecesse a essa estrutura é o
316 termo de referência correspondente. **Dr. Raimundo Moraes:** A normatividade
317 não é de se desconsiderar, o procedimento a ser oferecido, por exemplo, a
318 aprovação de um empreendimento desse não poderia ser conferido, sem que
319 fossem consultados órgãos técnicos, a expertise na área por exemplo, e tem
320 demandas de infraestrutura, demandas de atendimentos no serviço público
321 deveriam necessariamente ser consultados, e eles deveriam comprovar esses
322 órgãos na consulta que existe previsão orçamental pelo menos no PPA para
323 suprir aquela estrutura de serviço, então são mecanismo que talvez ajudasse a
324 conter esse tipo de falha no sistema, eu queria pedir então ao conselheiro
325 Evaldo que encaminhasse ao MP se possível os casos, que são mais de
326 cem, são cento e quarenta e três municípios dentro do estado. **Dr. Evaldo:** Fica
327 difícil identificar todos, a gente sabe de um outro, o que eu acho é o seguinte,
328 partindo daquela máxima de Hobbs “o Capital não tem ética, o capital tem ótica”
329 a ótica deles é o lucro, e não existe negócio melhor no mundo do que comprar
330 terras por hectares e vender por metro quadrado. **Dr. Raimundo Moraes:** E
331 transferir o custo para o Estado. **Dr. Evaldo:** E o custo da implantação
332 transferindo isso dá lucro à vida toda. Para você ter uma ideia um imóvel de três
333 mil lotes e tendo uma média de três pessoas por casa, são em torno de dez mil
334 pessoas esgotando detritos nos cursos hídricos prejudicando a cidade inteira, e
335 também não é a questão ambiental, existe uma lei específica de parcelamento
336 de solo que ela prever tudo isso, eu digo a fiscalização ela é concorrente não é
337 só da SEMA, ela é principalmente do município, e o município esta proibido de
338 aprovar sem essas exigências. **Dr. Raimundo Moraes:** De imediato eu posso
339 dizer, inclusive, que a atribuição do poder público do Estado é a SEMA já pode
340 atuar esses empreendimentos. **Dr. Colares:** Eu quero confirmar nos casos que a
341 gente esta se envolvendo isso esta sendo feito, só que seta sendo em todo os
342 casos, pegamos em Itaituba, Santarém, Tomé-açu, tem agora em salinas que a
343 gente vai fazer junto a prefeitura, só que isso está espalhando em todo o Estado
344 com a conivência de prefeitura, inclusive a prefeitura. A presidente Dilma veio
345 inaugurar Minha Casa Minha Vida em Castanhal, Castanhal não tem autonomia
346 para fazer licenciamento, mas fez um licenciamento eu nem fui lá. Abaetetuba a
347 mesma coisa, inclusive a Caixa Econômica não quer dar a finalização, porque
348 foram eles que licenciaram na marra, é o caso de três mil cento e sessenta e
349 cinco casas lá em Santarém em frente ao loteamento de Buriti que tem
350 quatrocentos e oitenta e quatro casas e foi licenciada da prefeitura, ela
351 fragmentou, licenciou na marra. Nós pegamos lá, são treze empreendimentos,

352 então são situações que se alastraram em todo o canto, e o estado não tem
353 como. Ela tem que fazer um papel para o Ministério Público com toda as
354 entidades, tem que redefinir com relação esporte, e também dar na condição de
355 estabelecer regras da descentralização, porque tem município que não tem um
356 suporte para licenciar um posto de gasolina, abatedouro ou um loteamento, mas
357 ele tem porte para licenciar agricultura, a pequena agricultura, o florestamento,
358 esse porte a gente pode dar de acordo com cada estrutura que o município tiver
359 para fazer, então nos vamos ter a oportunidade de discutir isso, rever a
360 resolução setenta e nove da gente aumentar esse porte sobre condicionamento
361 e nós vamos fazer na medida que for possível, nós estamos atuando em
362 Santarém, Itaituba nós temos uma denúncia em Tomé-açu que nós já
363 mandamos fazer e assim sucessivamente é correr atrás desse prejuízo. **Dr.**
364 **Evaldo:** Eu acho até que nesse aspecto o MP ele está bem mais equipado que
365 a própria secretaria, eles conhecem, porque segundo informações nós temos
366 entre doze e quinze municípios no estado que estão crescendo com taxas
367 superiores da China, então a expansão da área urbana da legue patrimonial
368 urbana é uma coisa imensurável, inevitável, ninguém luta contra isso, mas ela
369 tem que vim de maneira ordenada porque hoje em dia sai muito mais fácil o
370 empreendedor “convencer” alguém do município a licenciar a obra ao arrepio da
371 lei do que ele construir a infraestrutura, e a lei ele faz o empreendimento vai
372 embora e deixa o ônus para o município, então o MP está instalado em todas as
373 Comarcas e com a gente muito competente para tal poderia muito bem ajudar,
374 porque está dentro de suas atribuições essa fiscalização, fiscalização no meu
375 ponto de vista difuso o bem que não é de ninguém de repente ao mesmo tempo
376 é de todo mundo. **Dr. Colares:** Só pra você ter uma ideia no caso do Buriti, no
377 caso tava pronto a venda e nós fomos constatar lá que não tinha projeto de
378 esgotamento sanitário a drenagem era deferida. **Dr. Evaldo:** Nem Castanhal
379 tem. **Dr. Colares:** Então vamos entrar na pauta da exposição da Câmara
380 Técnica com relação ao projeto da Tup Vila do Conde, por favor, Moura. **Dr. Luiz**
381 **Moura:** Bom dia nós fizemos aqui, distribuimos o relatório da Câmara Técnica
382 de Infraestrutura, e espero que todos os membros conselheiros tenham lido para
383 não perdemos tanto tempo, nós começamos aqui nosso parecer fazendo um
384 histórico uma descrição do processo, onde foram fundamentais para uma
385 demora maior da análise, primeiro uma alteração no enquadramento do projeto,
386 o projeto tava enquadrado sobre a rubrica 0430, quando o real seria 0429, isso
387 era uma minúcia e de qualquer maneira o enquadramento estava errado e o
388 outro era uma pequena divergência entre o parecer técnico e o parecer jurídico,
389 em que o parecer jurídico dizia que o licenciamento dependia do cumprimento
390 de prazos descritos no parecer técnicos, com o auxílio da SEMA nós vimos que
391 esses condicionamentos podem ser executados durante todo o período de
392 validade do licenciamento prévio, então nós simplesmente ratificamos os
393 programas que devem ser obrigatoriamente cumpridos durante o prazo de três
394 anos que vai ser , se concedido o licenciamento prévio, que vai ser concedido
395 pelo empreendimento esses programas de gerenciamento de recursos sólidos

396 de controle de influentes, de controle de execuções atmosféricas, monitoramento
397 da qualidade de água assedimentos hídricos de influentes líquidos e o plano de
398 emergência e pedimos para acolher mais um programa que não estava inscrito
399 nos pareceres técnicos jurídicos, o programa de controle da prostituição que
400 seria um programa a ser desenvolvido em conjunto entre o empreendimento e a
401 prefeitura e a preservação do controle das doenças sexualmente transmissíveis
402 que é um negócio muito constante nos empreendimentos, principalmente em
403 pontos e terminais de cargas. Então com isso nós estabelecemos o nosso voto,
404 senhor Presidente, senhores conselheiros a Câmara Técnica Permanente dos
405 Projetos Industriais e infraestrutura, após a análise do pleito da empresa
406 Hidrovias do Brasil Vila do Conde S/A e considerando seu empreendimento de
407 relevância para o desenvolvimento econômico do Pará podendo ser sustentado
408 do ponto de vista social e ambiental desde que a empresa cumpra as
409 observações estabelecidas nos pareceres da SEMA, assim esta Câmara
410 Técnica se manifesta favorável a concessão da licença ambiental prévia,
411 pleiteada pela empresa Hidrovias do Brasil Vila do Conde S/A. **Dr. Colares:**
412 Esta aberto para manifestação e votação, eu lembro que nós já fizemos ainda no
413 mês de dezembro, um empreendedor fez uma exposição do projeto para todos
414 os senhores relativo a qualquer dúvida técnica, tanto dos impactos físicos e
415 bióticos, como em relação a socioeconomia e aos programas de mitigação
416 decorrente dessas externalidade a Lucia quer fazer uma manifestação, por favor.
417 **Dra. Lucia Porpino:** É só com relação a esse novo programa e eu gostaria que
418 a Câmara Técnica que analisou que é da área, que fizesse alguma exposição,
419 porque até mesmo o que ele está tentando contemplar já foi contemplado em
420 outro programa. Então seria interessante até para gente esclarecer e para ver de
421 que forma a gente vai colocar, é só um esclarecimento para a câmara técnica,
422 para ver como é que a gente coloca isso na minuta da licença. **Técnica da**
423 **DILAP(Sra. Mariana):** Bom talvez a questão seja contemplada não só no
424 programa de saúde, mas como no programa constitucional que seria uma
425 parceria do empreendedor com a prefeitura, só que, como nós estamos em uma
426 fase LP os programas ainda não estão detalhando, eles vêm detalhando na LI,
427 mas eu acho que de qualquer forma vale a pena eles verem quais foram os
428 pontos que eles sentiram-se deficitários e a gente soluciona. **Dr. Alberto**
429 **Colares:** Eu acho que é importante a câmara chama atenção que essa temática
430 ela precisa ser absolvida no programa, se o programa compõe então ela vai ser
431 absolvida no programa quando detalhar o programa, tanto essa quanto outra
432 temática que a gente possa chamar a atenção para que se inclua no programa
433 que atende essa abrangência **Dr. Moura:** A nossa regra no programa específico
434 e em função dos parâmetros deste tipo de projeto que são um projetos de
435 pontos e terminais de carga são atrativos. Até quando não é um terminal de
436 carga programado como nós vimos aqui na nossa Rodovia Artur Bernardes, nós
437 temos um problema muito sério nessa questão de prostituição infantil, inclusive
438 drogas e DST. Então a Câmara Técnica decidiu que a partir de agora esse
439 programa dever ser individualizado, mas principalmente com a ênfase que o

440 programa tem que ser desenvolvido em conjunto com a prefeitura do município e
441 a sociedade civil. Não é responsabilidade da empresa e do empreendedor, e
442 sim uma responsabilidade conjunta entre a empresa e a sociedade civil. **Dr.**
443 **Alberto Colares:** Felipe, por favor! O Felipe é representante da empresa, ele
444 quem fez o estudo do impacto ambiental e socioeconômico. **Sr. Felipe**
445 **Lavorato:** Felipe Lavorato, coordenador geral dos estudos ambientais só queria
446 ratificar a necessidade óbvia de realização deste programa e dando continuidade
447 à colocação da Mariana, esses programas fazem partes já dos estudos de
448 impacto ambiental. Um programa é saúde dos trabalhadores e dentro do
449 programa de responsabilidade sócio ambiental e articulação institucional e serão
450 devidamente detalhados dentro do plano de controle ambiental. **Dr. Evaldo:**
451 Senhor Presidente e senhores conselheiros, este não é o primeiro projeto de
452 pontos que nós analisamos aqui e nós já sabemos o critério de competência
453 dessa Secretaria na análise desses projetos, também já foi aqui que nós temos
454 que incentivar esses tipos de atividade portuária. O estado do Pará tem uma
455 rede hidroviária espetacular, ela tem que ser utilizada, isso não pode ficar só no
456 potencial, ela tem que ser utilizada efetivamente, é um transporte barato é um
457 transporte que não dá muita manutenção. É lógico que como toda atividade
458 portuária, qualquer atividade, do simples fato da gente existir, existe impacto
459 ambiental. Não existe uma atividade, um empreendimento que não tem impacto
460 ambiental, mas os impactos causados pelos pontos, a pesar de ser concentrado
461 em um local só, eles são menores que uma rodovia que é uma coisa
462 permanente. Acidente com animais silvestres com pessoas e que requer uma
463 manutenção muito grande. Nós sabemos que no estado do Pará existem vários
464 projetos que estão em andamento e toda vez que eu venho para a votação de
465 um desses projetos de portos, eu venho muito feliz que eu sei que grande parte
466 do desenvolvimento do estado está atrelado a navegação e que depois que nós
467 criarmos uma malha eficiente, um transporte transmodal eficiente, nós vamos ter
468 muito Mais competitividade no exterior a partir daí. Não é segredo para ninguém
469 que um dos grandes gargalos que o Brasil tem para realmente alçar o primeiro
470 patamar de desenvolvimento do mundo estão nos nossos portos. Então já que
471 nós temos essa condição invejável para qualquer estado, não do Brasil, mas do
472 mundo, ter tantos locais propícios a portos e ter um estado inteiro de dimensão
473 de um país que pode ser quase todo interligado por portos, nós temos mais é
474 que aproveitar isso. E observando o criterioso parecer da nossa comissão eu já
475 antecipo o voto favorável pela OAB e também manifesto a minha confiança na
476 equipe de fiscalização da SEMA no cumprimento das condicionantes e na
477 análise desses planos que serão ofertados futuramente e pela ocasião da RI
478 com certeza todos os problemas que não são novidades para ninguém, nós
479 sabemos quais são esses tipos de atividade causa com relação a problema.
480 Então assim antecipo meu voto. **Dr. Alberto Colares:** Já que o Evaldo antecipou
481 o voto, tem alguma manifestação a mais para a gente prosseguir a votação?
482 Leal, por favor! **Dr. Leal:** Bom dia a todos, eu a pesar de concordar em certa
483 forma entender a empolgação do nosso conselheiro da OAB com questão dos

484 portos e entender que o estado precisa depender mais da utilização da sua rede
485 de drenagem, mas eu gostaria que a agente continuasse dando muita atenção
486 na defesa da sociedade e nesse ponto eu volto no lugar comum meu que é tratar
487 das questões da responsabilidade técnica dos funcionários que colaboram esses
488 projetos, sejam: leis, EIA/rima, PCAs, RCAs, enfim, qualquer um que a gente
489 possa entender. Eu consultei a Secretaria executiva do COEMA com relação a
490 questões das ARTs dos funcionários envolvidos e a resposta que eu obtive dele
491 foi que estavam todos atendendo a legislação, segundo informações, a equipe
492 técnica da SEMA, eu obviamente tenho que acreditar nessa equipe e nessa
493 informação, mas eu gostaria senhor secretário diante do que aconteceu no
494 passado aqui e que vários projetos chegaram aqui sem este quesito legal
495 atendido, teve do Doutor Cleber o primeiro ponto que passou aqui que chegou
496 aqui com uma pendência dois ou três profissionais que não tinham apresentados
497 nas ARTs, até porque um deles não poderia apresentar porque ele não era nem
498 registrado. Então eu gostaria muito de pedir ao senhor mais uma vez que
499 informasse aos conselheiros com antecedência, podia até ser no dia da
500 apresentação dos projetos, que apresentassem a relação dos autores destes
501 projetos, relatórios, desses documentos que são apresentados para serem
502 analisados com suas respectivas anotações de responsabilidade técnica, isso
503 evitaria esse desgaste que a gente acaba tendo que ter e como também para as
504 próprias consultorias da equipe Técnica da SEMA, para mim deixaria de ter essa
505 indagação e interrogação todas as vezes que a gente vai discutir um projeto
506 aqui. Eu gostaria de pedir isso obviamente eu não recebi todos os recebi só a
507 informação que estava todos os autores que eram portadores da suas anotações
508 de responsabilidades técnicas, e eu quero só acrescentar mais uma coisa
509 senhor Secretário, primeiro dizer que nós temos hoje a presença do senhor
510 Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do
511 Pará Doutor Alberio, e aproveitar para informar que eu voltei ao CREA como
512 conselheiro e foi me dado a missão de coordenador da comissão permanente de
513 meio ambiente do CREA/Pará, então não só isso mas eu tenho certeza do
514 senhor Alberio que o que ocorrer ele vai precisar e eu estou pedindo para ele
515 que faça uma manifestação que já era para eu ter feito, abordando essas
516 questões, até porque nós estamos iniciando o novo processo de convênio de
517 aproximação de convênio que nós estamos tratando com o secretário adjunto,
518 Doutor Berg, então eu gostaria de destacar esse detalhe e pedir sua atenção e
519 sua compreensão. **Dr. Colares:** Então a respeito disso eu quero dizer não só a
520 relação a ART. Nós temos uma determinação de não aprovar nenhum projeto
521 que não passe pela ART, tanto é que isso é uma pressão muito grande aqui, e
522 principalmente no jurídico, antes do projeto vim para o COEMA tem que fazer
523 essa revisão, e isso esta dando uma dor de cabeça imensa quanto secretário e o
524 jurídico da SEMA, nós já tivemos uma determinação aqui, que nenhum projeto
525 vem para o COEMA se não tiver conferido essa questão de comprovação
526 técnica, porque a responsabilidade do projeto e a responsabilidade ambiental é
527 objetiva, o diretor da empresa e é do técnico que assina, então isso nós estamos

528 convicto, nós tivemos aqueles problemas no ano passado e a partir de então
529 acho que é interessante que o empreendimento e o empreendedor quando da
530 exposição técnica prévia aos conselheiros dos projetos já presente na
531 oportunidade a listagem e comunique os responsáveis técnicos pelo
532 licenciamento, eu acho que é uma boa medida , porque isso fica transferente e é
533 de acesso a todos e da conforto também a SEMA, porque por enquanto quem
534 sofre a responsabilidade da pressão somos nós, somos muito pressionados com
535 relação a isso, quer dizer que fica uma coisa menor com relação ao todo, aí você
536 se preocupa com uma ART, ART é básico é primário porque a responsabilidade
537 técnica esta lá, porque se não, se acontecer algum problema a responsabilidade
538 é do técnico da SEMA que deu o parecer favorável, então isso eu concordo é só
539 questão de prestar conta ao CREA, é o básico de garantir a sociedade a
540 responsabilidade com aquele estudo e com aquela avaliação técnica, neste
541 momento eu passo a apreciação para a votação do empreendimento exposto, se
542 alguém tem algum voto ao contrário se manifeste? Como ninguém se manifestou
543 alguém tem alguma abstenção? Se não tem nenhuma abstenção, nem um voto
544 contrário, o projeto foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Estadual de
545 Meio Ambiente nesse sentido, então passemos para o que ocorrer. No que
546 ocorrer antes que eu passe a palavra ao presidente do CREA fazer suas
547 manifestações e suas recomendações ao COEMA, inclusive, eu quero chamar
548 atenção dos dois casos ainda pouco que eu falei que nós iríamos expor aos
549 senhores essa minuta de resolução para que o COEMA aprovasse uma
550 recomendação acerca da inexigibilidade ou acerca dos empreendimentos de
551 baixo impacto, poluente ou degradador passíveis de inexigibilidades
552 evidentemente a degradação dessa inexigibilidade fica a cargo ou da Secretaria
553 de Meio Ambiente do estado ou do Município se convier, mas o importante é
554 que o COEMA estabelecesse essa referência orientativa para esses
555 empreendimentos que para nós é um problema sério e é um prejuízo para a
556 sociedade e para o pequeno empreendedor , para a agricultura familiar que está
557 no interior e tem que se submeter a todo processo que mesmo que simplificado,
558 só o fato de um agricultor sair lá de Oriximiná ou lá de Jacareacanga, lá de
559 Novo Progresso ou de Porto de Mós para pedir um licenciamento de um plantio
560 de dez hectares, vinte hectares. Isso aí é uma expertise e é um problema sério e
561 que tem projetos encalhados aqui de associações de produtores, de
562 cooperativas e que não tem como, a gente não vai dar conta. É o pequeno
563 manejo de açaí e a fruticultura, processamento e beneficiamento do açaí, de um
564 óleo, de um óleo de copaíba etc. É uma criação de dez ovelhas, dez suínos, são
565 coisas que, galinha caipira, a escola, a reforma da escola da delegacia, a
566 reforma do posto de saúde, da ponte. Vocês não sabem de um pequeno
567 abastecimento d'água tem até mil pessoas lá numa comunidade lá do Paru e fica
568 aqui. E o deputado que fez emenda ou o órgão público que pegou o recurso,
569 perde o recurso porque não dá tempo de fazer esse licenciamento que são
570 milhares. Então nesse sentido a resolução, a minuta, nós encaminhamos aos
571 senhores até segunda feira para que vocês possam olhar e dar sua opinião,

572 acrescentar, estabelecer um condicionante. Nós estamos colocando a
573 agricultura até vinte hectares e a agricultura familiar nós temos que estabelecer
574 a lei do que é a agricultura familiar, até quatro módulos, mas que a agricultura
575 seja familiar no conceito de lei, ou seja, uma pequena atividade com uso de mão
576 de obra familiar. Então são regras e condicionantes que os senhores mesmos
577 possam estabelecer evidentemente, nós não podemos deixar de licenciar,
578 obedecer regras do licenciamento em plantio de mandioca de dez hectares que
579 o cara vai lançar resíduo no rio, aí não dá. Amido, por exemplo, pode. A fécula,
580 por exemplo, tem que licenciar a fécula, não tem jeito, mas o cara que vai plantar
581 mandioca para vender pode ser, entendeu? Ou vai plantar feijão caupi a gente
582 tem que licenciar. Então são essas coisas que vão descarregar e desencalhar
583 muita coisa aqui. Tanto para nós quanto para o município, desde que
584 reverendada pelos senhores a gente vai passar e que eu pretendo marcar aqui
585 de acordo, para o dia vinte e oito. Pode ser dia vinte e oito? **Dra. Lucia Porpino:**
586 Extraordinária pode ser qualquer dia? **Dr. Alberto Colares:** Não porque
587 precisamos ainda dia vinte e oito por conta do Pará rural que está impedido,
588 então seria de segunda a sexta feira ou dia primeiro, sexta feira dia primeiro. **Dr.**
589 **Luiz Moura:** A ALEPA não aparece mesmo, pode ser qualquer dia. **Dra. Lucia**
590 **Porpino:** Nós colocamos sempre dia de quinta por causa da ALEPA, mas. **Dr.**
591 **Alberto Colares:** Vamos colocar na sexta feira que dá um tempo melhor até
592 para a contribuição do Evaldo lá, entendeu Evaldo? Com tua experiência, aí
593 contigo no interior. **Dra. Eliana Zaccas:** Vai ser na câmara técnica da agricultura
594 não é? **Dr. Alberto Colares:** Não, a gente vai fazer, é a câmara técnica daqui do
595 COEMA avalia, mas eu quero mandar para todos os conselheiros darem a sua
596 contribuição. **Dra. Lucia Porpino:** Envolve todos os tipos de atividades! **Dr.**
597 **Alberto Colares:** Tem agricultura, tem beneficiamento, tem infraestrutura de
598 interesse público e aí quanto mais contribuições a gente tiver melhor. Então dia
599 primeiro há outra oportunidade viu Evaldo, que não teve oportunidade porque
600 não encerramos aqui. Nós estamos fazendo uma revisão de toda aquela relação
601 de atividades de porte de impacto local, aquele anexo da resolução setenta e
602 nove e aquele que está no anexo da lei setenta e três oitenta e nove do Gabriel
603 Pinheiro. A idéia é que pela lei complementar cento e quarenta, basta que o
604 COEMA estabeleça esse anexo daquilo que é de impacto local para efeito de
605 autonomia municipal a gente rever aquelas partes dando garantia com relação
606 condicionar a estruturação do município para ter autonomia para licenciar o porte
607 correspondente e obedecer ao termo de referência que a Secretaria de Meio
608 Ambiente dispuser. Eu dou exemplo: abatedouros, hoje pela lei setenta e três
609 oitenta e nove são só cem cabeças, mas podemos aumentar até quinhentas
610 cabeças; postos de gasolina até noventa metros cúbicos podemos aumentar até
611 cento e cinquenta, sob que condição a prefeitura tem que ter engenheiro
612 químico, engenheiro ambiental, qual é o termo de referência? Entendeu? É o
613 caso do loteamento que hoje o limite é dois hectares. Conjunto habitacional o
614 limite é um hectare. Agora tem também situações como a lavra de mineração
615 que está cem hectares, cinquenta hectare por município e dá todo aquele

616 confronto que tem lá no Tapajós, entendeu? Então são coisas que a gente pode
617 modificar. Minha idéia e submeter isso ao COEMA, que a gente faça uma
618 reunião extraordinária e estabeleça aumento do porte que é para aumentar, e
619 diminua do porte que é para diminuir. O fato é que o Secretário de meio
620 ambiente está sujeito a licenciar um cemitério de um hectare lá no interior, acho
621 que em São Miguel, que o cara é o “Bem Amado”, que está desde dois mil e dez
622 aqui na SEMA. Ele disse: “eu vou inaugurar esse cemitério Secretário, eu não
623 tenho licenciamento”, entendeu? Então são essas transações esdrúxulas e
624 irracionais. **Dr. Evaldo:** Lá tem morto? **Dr. Alberto Colares:** Não tem, ele disse
625 que vai inaugurar porque ele vai acabar morrendo. Então são exemplos como
626 esses que eu quero submeter aos senhores, na primeira oportunidade a gente
627 antecipa e faz uma extraordinária e definitivamente a gente dá um basta nessa
628 situação que é ingovernável. Eu tenho que brigar com o Kleber Menezes que é o
629 cara que quer fazer uma padaria. **Dr. Alberto Colares:** Então nesse sentido, eu,
630 no que ocorrer já me manifestei, mas como nós temos um convidado especial eu
631 quero dar a palavra ao presidente do CREA que fizesse sua manifestação ou
632 alguma recomendação ao COEMA e que nós estamos aqui para interagir de
633 forma transparente, de braços abertos, tanto o COEMA quanto a Secretaria de
634 Meio Ambiente. Os senhores são convidados permanentes, sempre poderão
635 participar aqui. Então o conselho está a sua disposição **O Sr. Presidente do**
636 **CREA-PA:** Secretário bom dia! Bom dia conselheiros, convidados, inicialmente
637 eu quero agradecer a preferência que a Secretaria e o Conselho de Meio
638 Ambiente em particular tem tido com o nosso conselho, que mesmo não sendo
639 integrante permanente do conselho, mas sempre é convidado para participar de
640 todas as atividades do Conselho Estadual de Meio Ambiente, e na medida do
641 possível, o conselho CREA-PA têm-se feito representado. E secretário, queria
642 ratificar aqui a ALEPA pelo Leal que voltou a ser conselheiro nosso, da
643 importância do cumprimento da nossa legislação profissional, até para uma
644 defesa do próprio conselho, uma tranquilidade do próprio conselho quando
645 aprova determinados projetos, porque tem a segurança de que esses projetos
646 foram elaborados por profissionais que têm atribuições para essas atividades. A
647 importância da ART é, acho que não devemos nem comentar muito porque
648 alguns episódios recentes lamentavelmente trágicos. Nós podemos alcançar os
649 profissionais exatamente através da responsabilidade técnica declarada por este
650 documento. Recentemente a imprensa noticiou que o nosso conselho cancelou
651 o registro de dois profissionais envolvidos na construção do prédio que desabou
652 há dois anos atrás, porque com a autoria declarada a Câmara de Engenharia
653 Civil pôde constatar a culpabilidade desses profissionais e se não fosse esse
654 documento nós estaríamos em uma situação bastante difícil de chegar ao
655 crime. Ontem mesmo tive uma reunião em Brasília com o nosso colega de
656 Presidência e tivemos a apresentação pelo Presidente do CREA do Rio Grande
657 do Sul, do relatório que foi elaborado pelo conselho em relação ao episódio
658 trágico lá de Santa Maria. O que mais uma vez foi importante a participação
659 declarada dos profissionais nos projetos daquela boate em que esses projetos

660 foram alterados sem o conhecimento dos profissionais. Então daí porque esses
661 profissionais estão a princípio, estão isentos de qualquer culpabilidade E A
662 culpabilidade maior sem dúvida ou quase exclusiva será em cima dos
663 proprietários daquele empreendimento. O Leal já falou, nós transformamos este
664 ano a Comissão Especial de Meio Ambiente em Comissão Permanente, Meio
665 Ambiente e Recursos Hídricos e através dela tenho certeza que o conselho
666 poderá oferecer uma contribuição mais eficiente, mais eficaz à Secretaria de
667 Meio Ambiente tanto quanto ela assim desejar. Então com essas palavras aí eu
668 quero mais uma vez agradecer o convite e colocar o nosso conselho à
669 disposição, evidentemente dentro da competência que vos cabe, obrigado
670 **Sr.Kleber Menezes:** Primeiramente eu vou começar com o direito de resposta,
671 quando o conselheiro Leal falou do problema que ocorreu com o licenciamento
672 do Terminal da Estação de Transbordo de Carga de Miritituba, eu queria na
673 verdade não seria o direito de resposta, mas evidenciar de forma clara a
674 preocupação que o empreendedor teve ao juntamente com os membros do
675 COEMA, ter sido tomado de surpresa com a inexistência daquele documento. A
676 repercussão interna foi tão grande que nós tínhamos alguns contratos em
677 formatação com os mesmos, com a mesma empresa e eles não foram levados a
678 diante exatamente por essa falta, que nós consideramos, de aviso. Eu
679 particularmente sou engenheiro, também faço parte do CREA e não poderia
680 comungar com uma falha daquela natureza, daquela envergadura. Então
681 realmente como empreendedores, então nós contratamos uma empresa, e a
682 empresa que nós contratamos tinha reconhecimento técnico, uma empresa que
683 tem um acervo técnico de elevada qualidade, a gente imagina que foi um lapso,
684 uma falha, mas por falha imperdoável nós não seguimos com outras
685 contratações com essa mesma empresa. Acho que todos nós perdemos com
686 esse episódio e obviamente agradecemos, digamos assim, a condescendência
687 do COEMA em mesmo com a atuação da nossa falha nos autorizar a
688 empreender a nossa estação de transbordo. A outra questão também que eu
689 fico pleiteando que seria um direito de resposta, mas não é, na verdade quando
690 o Secretário falou que precisa brigar com o Kleber é verdade. A Secretaria de
691 Meio Ambiente vai contar com os empreendedores contra alguém, mas jamais
692 nós vamos nos digladiar entre nós. Eu acredito que existe uma comunhão muito
693 grande, mas eu quero me reportar porque eu ouvi as palavras do conselheiro
694 Evaldo e as preocupações do conselheiro Leal com relação a esses impactos. É
695 verdade, toda atividade tem impactos; positivos e negativos, mas a presença da
696 criação e da Associação dos Terminais Portuários e Estação de Transbordo de
697 Carga via Tapajós do qual eu, casualmente desse mandato, sou Presidente, ela
698 veio exatamente como uma resposta com uma busca ao atendimento das
699 cargas demandas dos grandes desafios que empreendimentos dessa
700 envergadura acabam trazendo. Então a gente imagina que o nível de
701 empreendedores, muitos deles com atividades comerciais, eles juntos têm
702 condições de atuar nas duas principais frentes que nós entendemos que seriam
703 a nossa bandeira. Primeiro seria a mitigação dos nossos impactos, a junção de

704 esforços no sentido de proporcionarmos em conjuntos com os poderes públicos
705 em todas as esferas as medidas que possam amenizar; amortizar aqueles
706 impactos negativos e potencializar os impactos positivos. Isso na atividade sócio
707 econômico, mas basicamente uma coisa que nos preocupa, que eu gostaria de
708 deixar pontuado aqui com os senhores, inclusive foi fruto uma reunião muito
709 longa que teve ontem à noite, daí o porquê da minha falta de voz, com uma
710 ONG que é de reconhecida competência que é a DMC, nós estamos discutindo
711 já a formatação do comitê de bacia, para nós discutirmos a bacia do Tapajós.
712 Nós temos a expectativa de que em breve nós tenhamos que entrar numa
713 grande disputa com relação ao uso compartilhado das águas. Nós temos no
714 mínimo sete empreendimentos hidrelétricos na área do Tapajós e seu afluente
715 principal e nós sabemos que existirá uma repercussão muito grande, mesmo
716 que esses barramentos não venham acompanhados de grandes reservatórios
717 que sejam turbinas de alta tecnologia com fio d'água e bulbo, mas nós sabemos
718 que existirá uma redução do fluxo natural do rio ajuzante e isso obviamente em
719 rios de formação recente, vai haver uma grande deposição de sedimentos e vai
720 haver um aumento muito grande do assoalhamento no terço navegável de
721 jusante exatamente onde os nossos empreendimentos se estabelecem. Então
722 nós queremos nos antecipar a esse problema no sentido de buscarmos junto ao
723 setor elétrico uma forma harmônica de sobrevivência. E no mais Secretário, eu
724 queria aproveitar o ensejo, já que a empresa Hidrovias do Brasil está recém
725 chegada aqui na Amazônia, eu já estou aqui há muitos anos, já sei da
726 importância que os órgãos do governo do estado têm para conosco, eu gostaria
727 apenas de dar um testemunho de que recentemente nós perdemos um grande
728 homem público; exemplo para todos nos, que foi o ex-senador, ex- governador e
729 ex- prefeito Almir Gabriel. Eu queria particularmente dizer que nós não devemos
730 cultuar a memória das pessoas, mas devemos seguir os exemplos. Então eu
731 gostaria de claramente deixar que nós do setor privado, principalmente nós do
732 setor portuário, temos uma profunda gratidão ao papel que o falecido doutor
733 Almir Gabriel teve para com o nosso setor. Nós pretendemos em nome de sua
734 memória deixar bem claro que nós vamos fazer tudo possível para que os
735 nossos empreendimentos deem ao objetivo de lucro, mas eles dêem sim a
736 vertente ambiental da sustentabilidade não como uma mera palavra de efeito
737 que esteja na moda, mas como a tônica das nossas atividades E por fim, apenas
738 fazer uma proposição; já que nós imaginamos que a constituição da ATAP
739 Associação dos Terminais da Hidrovia dos Tapajós, ela pretende ser exitosa na
740 medida em que ela vai comungar inclusive as ações ambientais. Queria propor a
741 SEMA que nós pudéssemos discutir a exemplo do que estamos fazendo em
742 Miritituba, um plano de gestão ambiental integrada. Eu acho inadmissível que
743 nós tenhamos um empreendimento como terfron que é um empreendimento de
744 grãos que está adjacente, muro a muro com o empreendimento da Hidrovias do
745 Brasil e cada um entendam que a sua gestão ambiental real é independente.
746 Então eu penso, que se não para todas as empresas porque nós temos que
747 envolver o porto de Vila do Conde, temos que envolver aí caulim que tinham que

748 ter atividade de alguma forma, diversas, mas que nós pudéssemos estudar e
749 fazer essa proposição oficial à soma que analisasse se nós poderíamos trazer
750 para o âmbito do Porto da Vila do Conde a possibilidade de harmonizarmos e
751 fazermos essa sugestão integrada, até com relação ao PCA. Não querendo de
752 forma alguma contestar que o PCA, que está sendo exercido pela Rio turi
753 atualmente, tenha dificuldades ou tenha vantagens, mas seria que nós, junto
754 com o órgão ambiental analisássemos o dois documentos e verificar se nós
755 poderíamos aglutiná-lo, justapô-los ou mesmo melhorarmos. Então seria essa
756 minha apresentação, e parabéns a Hidrovias do Brasil, seja bem vinda ao estado
757 do Pará. Como o conselheiro Evaldo falou, “nós temos grandes riquezas. Está
758 sendo aberta grande janela de oportunidades”. Essa janela se não for
759 aproveitada, ela vai se fechar um dia. Nós estamos tendo um limiar da
760 pavimentação da BR 163, isso vai fazer com que o Pará esteja definitivamente
761 inserido na matriz logística nacional. Nós não podemos perder esse momento,
762 então, parabéns a todos e obrigado ao COEMA por mais essa preferência para
763 com os empreendimentos portuários. **Dr. Alberto Colares:** Com relação ao PCA
764 integrado, eu acho que essa discussão já tivemos inicialmente. Há uma
765 possibilidade de se fazer isso, é uma questão de; a gente se ajustar melhor em
766 alguma reunião; está bastante adiantado com a equipe técnica e está acessível
767 a isso. Aproveito a oportunidade com relação à associação de a gente aproveitar
768 uma oportunidade aqui no COEMA, fazer uma exposição sobre o programa, com
769 relação aquele programa público privado, com relação aos portos de Miritituba.
770 Nós sabemos e a preocupação do conselheiro Leal, ela é grande no sentido
771 significativo porque nós não estamos licenciando, no caso de Miritituba, viu
772 Evaldo, um porto, nós vamos licenciar dez portos e não é só uma atividade;
773 atividade do agronegócio é uma coisa, atividade da carga geral também e a
774 atividade de combustível de fertilizante. É agregados três seguimentos juntos em
775 uma só área. O que a gente precisa é ter um plano com relação a isso, a gente
776 precisa ter um plano de engenharia tanto lá na hidrovia, porque aí é muito
777 grande a questão da carga que é compatível com outras atividades, inclusive
778 nós estamos hoje fazendo um decreto com relação ao ordenamento de dragas
779 do rio Tapajós. Então isso é muito preocupante que hoje já tem quase quarenta
780 dragas e inclusive toda a malha de tributários do rio Tapajós que nós vamos
781 restringir – restringir não – proibir a utilização de máquinas de garimpagem dos
782 leitos dos tributários do Tapajós e de ordenamento das dragas dos Tapajós.
783 Hoje à tarde eu vou ter uma reunião com a universidade, a UFOPA, junto com a
784 SEICOM, nós vamos contratar um estudo do acompanhamento dos efeitos
785 daquelas dragas dos rios Tapajós, da dimensão, da capacidade, da localização,
786 do uso, inclusive de mercúrio que está havendo. Então a gente precisa ordenar
787 aquilo, porque aquilo não tem mais para onde ir. Então esse é um ponto
788 interessante, mas é importante que a associação em uma oportunidade que
789 tivesse aqui, fizesse uma exposição do nosso programa que vai ficar
790 condicionado todos os licenciamentos. Nós não poderíamos condicionar o
791 licenciamento na licença prévia, porque ainda não temos uma licença prévia da

792 instalação, mas o licenciamento da operação vai ficar condicionado à
793 concretização desse programa de investimentos que a gente precisa ter lá.
794 **Srr.kleber menezes:** Quinta feira que hora? **Dr. Alberto Colares:** Vamos
795 marcar agora na próxima semana porque tem dois tipos de investimentos que é
796 necessário antecipadamente lá, tanto aquele descrito antes, para o, próprio
797 funcionamento da área portuária, é o caso do acesso, é o caso da energia, do
798 programa integrado, de contingenciamento. Essas coisas assim como aqueles
799 de efeito social que a gente precisa prever. Então esse programa a gente, a
800 gente ajustado, eu acho muito pertinente que fizéssemos uma exposição no
801 Conselho de Meio Ambiente, porque o Conselho de Meio Ambiente vai acabar
802 apreciando todos os portos individualmente e precisa entender a complexidade,
803 mas acima de tudo a reocupação com o programa de estruturação preventiva.
804 Não podemos transformar os portos de Miritituba num distrito industrial de
805 Barcarena com todas as complicações que nós temos aqui. **Dr. Leal:** Secretário,
806 a minha manifestação vai ser bem rápida, mas ela não pode deixar de ser feita.
807 Por enquanto é a primeira reunião do ano e nós passamos o ano todo que
808 passou clamando e reclamando pelas melhores condições de funcionamento do
809 conselho, quer seja no espaço que é destinado ao conselho, quer seja na
810 estrutura, quer seja na qualificação do pessoal colocado a disposição. O
811 conselho está vivendo hoje mais em cima da boa vontade do comprometimento
812 da grande maioria dos conselheiros, digo a grande maioria porque tem
813 conselheiro que não apareceu no ano passado e continua sem aparecer este
814 ano. E eu faço questão de destacar, porque eu fui um crítico e continuo sendo e
815 tinha dito na oportunidade que não era por causa de data, era por causa de
816 comprometimento. Tanto prova que nós estamos na quinta feira e o
817 representante não está presente, então eu gostaria senhor Secretário, de
818 registrar novamente um pedido de atendimento em dar melhores condições de
819 funcionamento ao conselho, porque realmente é muito difícil. Nós não temos
820 aqui nenhuma condição de trabalhar, nós devolvemos a câmara técnica ao
821 espaço graças às assessorias e são fornecidas especialmente pela FIEPA, e
822 quero aproveitar só para lhe confirmar a preocupação com a questão de
823 Miritituba, tanto o Kleber quanto o Secretário foram muito feliz que o resultado
824 daquilo não é a análise individual de cada proposta, cada projeto é sim o
825 conjunto de impactos que eles não somam eles se multiplicam. A gente precisa
826 ter muito cuidado com o resultado daqui, é por isso que a gente está tendo muita
827 insistência em discutir esta questão com mais profundidade. Quero dizer que
828 tenho muito interesse dessa discussão, da questão do monitoramento do rio
829 Tapajós, por conta do trabalho, geólogo que eu sou e ter me envolvido numa
830 parte da minha atividade naquele rio e naquela região, nós chegamos a ter
831 firmado, por exemplo, no convênio com a Universidade do Canadá e da
832 Alemanha, eles fizeram monitoramento à época que esse trabalho, esses
833 resultados serão importantes para ter uma referência e uma comparação com a
834 situação que a gente está tendo aqui. Eu quero me colocar a sua disposição,
835 gostaria de participar dessa reunião com a UFOPA, até porque foi uma proposta

836 e uma solução nossa também e agradecer a sua atenção e a sua paciência. **Dr.**
837 **Alberto Colares:** A reunião será às três horas aqui na SEMA no gabinete do
838 secretário. **Sr. Wellington Pereira:** Bom dia a todos, em primeiro lugar eu
839 gostaria de contempla as palavras do conselheiro que falou a pouco, pedir para
840 que a Secretaria estudasse se haveria a possibilidade de alternarmos o horário
841 da realização da reunião entre manhã e tarde, se seria possível isso, até mesmo
842 porque muitas das vezes tem muitos conselheiros que têm atividades pela
843 manhã e algumas vezes à tarde poderia ser a saída, que pudesse haver essa
844 alternância. Em segundo, eu não poderia deixar passar despercebida a
845 presença do nosso presidente do CREA para trazer à tona um problema que é
846 vivido aqui na SEMA. Inclusive assim que ele tomou posse, nós tivemos uma
847 reunião com ele, onde se buscou solução para um problema que nós vivemos
848 aqui. E daí nós temos uma taxa do CREA que não é percentual é taxa fixa
849 incompatível com os ganhos do servidor da SEMA e nesse sentido nós
850 solicitamos junto ao Presidente eleito, fizemos a relação com o Secretário
851 adjunto, no momento o Doutor Rubens, para tentar equacionar essa questão,
852 trazer uma solução apara esse problema, na realidade porque pairou sobre
853 todos os servidores, em determinados momentos, a ameaça de ele não poder
854 emitir laudo, não poderem dar parecer. Então nesse sentido busca aí a
855 sensibilização do nosso presidente e essa relação com o Secretário para tentar
856 resolver essa situação, porque é sabido que grande massa dos servidores da
857 SEMA não tem contribuído com o CREA. Então paira uma ameaça sobre a sua
858 atividade, então tentar buscar essa solução. Então o primeiro lugar era a
859 Secretaria estudar a viabilidade de haver essa alternância do outro horário da
860 realização das reuniões e outra é tentar buscar uma solução. **Dr. Alberto**
861 **Colares:** Nós estamos abertos para esta conversa, eu só quero antes de
862 encerrar, só uma resposta com relação ao posicionamento do Leal, eu queria
863 dizer que de fato que nós não temos condições de trabalho, o Secretário de
864 meio ambiente reconhece isso. Eu quero dizer que esse prédio está sucateado,
865 nós temos uma situação que nós não podemos parar. Para a gente melhorar as
866 condições aqui do COEMA, eu tenho que parar o prédio, parar a atividade aqui
867 para poder fazer isso. Então, o que é que está acontecendo, eu quero manifestar
868 para os senhores. O prédio todo aqui é sucateado, não tem dignidade de
869 trabalho, não tem dignidade tanto para o usuário, basta entrar aqui no protocolo,
870 basta ir até o protocolo. Não tem catraca, não tem um ambiente adequado,
871 sequer tem uma internet para o usuário acessar, as condições de trabalho do
872 técnico são péssimas. Nós temos quinhentos e cinquenta pessoas aqui
873 trabalhando em um prédio que só cabe cento e noventa. São dois metros
874 quadrado por pessoa, inclusive o sistema elétrico está todo sucateado. Então não
875 tem uma saída, nós temos que sair daqui para poder reformar esse prédio.
876 Vocês já constataram o elevador só vive quebrado, esse elevador tem mais de
877 trinta anos para eu parar isso aqui eu tenho que parar três meses para modificar.
878 Se eu parar três meses isso daqui vira um caos. Então qual é a proposição, nós
879 estamos tendo uma ação emergencial com relação à segurança a segurança e a

880 condição de trabalho. Nós vamos tirar daqui duas diretorias, nós alugamos já o
881 prédio da Jinks, a parte técnica vai para lá. A parte técnica indo para lá, tanto da
882 DGEFLOR quanto do DILAP, nós passamos lá a funcionar informalmente o
883 embrião do núcleo de instituto de gestão e regularização ambiental, porque nós
884 estamos com um projeto de lei pronto para ser entregue a assembléia legislativa
885 ainda no mês de março em que está dividindo a SEMA em três institutos.
886 Estamos criando o Instituto da Biodiversidade, o Instituto da Águas, o instituto da
887 Regularização Ambiental de forma desconcentrada e criando as regionais do
888 interior, doze regionais e fazer o concurso público este ano para regionais para
889 desconcentrar. As regionais elas vão tratar de licenciamento de baixa e média
890 complexidade e a SEMA fica na responsabilidade de tratar da EIA/RIMA, a
891 SEMA aqui, a sede. Então enquanto a gente não faz essa prova, nós alugamos
892 já o prédio, estamos estruturando esse prédio da gente para passar para lá a
893 DGEFLO E A DILAP. Com isso vai ficar aqui somente a diretoria de recursos
894 hídricos que vai ser o embrião do novo instituto das águas. Nesse sentido nós
895 vamos poder fazer a reforma no prédio, porque eu não posso fazer reforma
896 nesse prédio com setecentas pessoas aqui dentro, não dá para fazer a reforma,
897 não dá para mexer no elevador. Então eu peço paciência, o elevador vai
898 continuar quebrando até três meses, que, no momento que passa para lá nós
899 vamos parar isso aqui; vamos dar internet com mesa, com televisão para fazer
900 alguma coisa descente. A idéia é que o protocolo vai continuar aqui, mas aqui
901 vai fazer o check list jurídico, faz aqui todo o normativo e a parte técnica vai toda
902 para a Jinks. Até porque eu não posso transferir tudo para lá, a Jinks, porque lá
903 não tem estacionamento público. É o mesmo problema aqui de estacionamento,
904 tu não encontras área que tenha estacionamento esse é o problema, mas eu
905 não posso esperar a construção de um novo prédio para poder resolver esse
906 problema. Então o que é que nós fizemos, nós, provisoriamente, nós alugamos o
907 prédio, vamos passar para lá, fazer a reforma aqui, dar uma estrutura melhor
908 para o COEMA. O Secretário executivo do COEMA é aqui o nosso Berg, a gente
909 vai precisar contratar pessoal, a gente vai colocar uma sala, sala para
910 funcionamento da câmara técnica, sala para análise de processos punitivos e
911 uma sala adequada para a reunião do conselho. Só que isso a gente não faz em
912 um trisco e em coisa pública, porque aqui já contratei há cinco meses o prédio
913 da Jinks e até hoje não passei para lá Eu tenho que fazer licitação do
914 cabeamento; licitação da transformação da divisória, da telefonia e do transporte
915 da saída daqui para lá entendeu? Passou de cinco mil reais. Então o que eu
916 quero mostrar para os senhores que nós temos clareza e estamos sensibilizados
917 e o Secretário ele comunga com essas reclamações também, porque nós
918 vivemos hoje uma gestão ambiental concentradora, irracional e ingovernável.
919 Isto é insustentável, ou a gente divide ou a gente não sai daí e ou a gente
920 descentraliza, mas é descentralizar mesmo, não é simplesmente por decreto. O
921 município tem que ter estrutura para funcionar. Nós temos lá em Itaituba, todos
922 os licenciamentos que foram feitos lá em Itaituba estão sujeitos hoje a revogação
923 e a cancelamento, porque todos foram feitos na marra, na coxa, porque o

924 município não tem estrutura, ouviu Evaldo! Eu peguei uma pancada lá em
925 Santana do Araguaia, quinhentos produtores estavam me esperando para pegar
926 o Secretário de Meio Ambiente. Quando eu fui falar me fizeram assim, (o
927 secretário fez algum gesto não identificável no vídeo) aí eu disse assim o
928 seguinte: “porque que Santana do Araguaia, porque que o dono de posto de
929 gasolina, um produtor rural, um reflorestador tem que viajar quatro horas de
930 avião para pedir licenciamento na SEMA? Porque o município não faz? Porque
931 tem autonomia”. Não faz porque o carro que é da Secretaria Municipal faz
932 serviço para o Gabinete, não faz porque só tem um técnico, não faz porque só
933 tem um computador, não faz porque não tem GPS, não faz porque não tem uma
934 moto, ou seja, está desestruturado e aí essa irracionalidade passa a concentrar
935 para o estado e aí que eu fico aqui licenciando um posto de gasolina em
936 Santana do Araguaia. Isso é insustentável. **Dr. Evaldo:** Não precisa ir longe, em
937 Castanhal. **Dr. Alberto Colares:** Castanhal não tem o setor. **Dr. Evaldo:** Foi
938 criado agora nessa gestão. **Dr. Alberto Colares:** Exatamente!Castanhal! Bom
939 pessoal, mas eu agradeço a participação de todos e mais uma vez eu também
940 comungo coma as nossas deficiências e espero que dois mil e treze a gente
941 evolua nessa estruturação aqui inclusive com a transparência, porque lá na
942 frente eu vou querer que o tema seja exposto aqui, que essa é uma condição
943 que nós estamos colocando, inclusive um projeto de lei de reestruturação da
944 SEMA, que dentre outras coisas, no mínimo cinqüenta por cento dos cargos
945 diretivos da SEMA tenham que ser cargo de carreira para valorizar o servidor
946 local. Muito obrigado!